

Organizações Ligadas à Emigração Alemã para o Brasil

Mercedes Gassen Kothe

Causas de sua criação

Na segunda metade do século XIX, com a segunda onda emigratória para o Brasil, desencadeada a partir do fracasso da Revolução Liberal de 1848, surgiram na Alemanha diversas associações e sociedades que se ocuparam com essa movimentação coletiva¹. Ao contrário do que se tem dito com frequência no Brasil, não houve um plano sistemático do governo alemão no sentido de colonizar o Sul, com a intenção de anexá-lo um dia à Alemanha. Pelo contrário, as autoridades alemãs estavam mais preocupadas em impedir que houvesse tal emigração, tanto que durante dezenas de anos teve vigência o Decreto van der Heydt (promulgado em 1859), que proibia a saída de alemães para o Brasil, por causa das más experiências tidas pelos alemães, especialmente nas fazendas de café em São Paulo. Os agenciadores de colonos foram inclusive perseguidos na Alemanha.

Os grandes latifundiários alemães (Junker) não tinham o menor interesse em perder os seus camponeses, pois ficariam sem braços para o cultivo dos campos. A postura mais freqüente do governo alemão em relação aos emigrantes era considerá-los praticamente como “traidores da pátria”, pessoas que haviam abandonado o país a seu destino, não merecendo, portanto, qualquer acompanhamento e apoio. Aqueles que, na sociedade civil e religiosa, não aderiam a essa postura é que, em alguns

Mercedes Gassen Kothe é doutora em História e bolsista do CNPq na UnB.

Textos Hist. 1 (1993): 53-109.

casos, se mostraram dispostos a constituírem sociedades que, diante do fato concreto ou potencial da emigração, tratavam de alertar quanto aos problemas, encaminhar para os melhores lugares e ajudar como podiam aqueles que tinham ido embora.

As organizações de apoio à emigração foram basicamente formações espontâneas da sociedade civil, bem como da Igreja Evangélica e da Igreja Católica. Fundamental foi a função da maçonaria na transposição do ideário da Revolução Liberal para o território brasileiro. Os princípios de igualdade, liberdade e fraternidade foram concretizados no território americano em forma de repartição igual da terra, proibição do trabalho escravo e necessidade de os colonos se ajudarem mutuamente para poderem enfrentar as dificuldades da selva. Em suma, num país em que preponderava o latifúndio, o escravismo e o privilégio da oligarquia: a imigração alemã minou o sistema escravocrata, criando um modo alternativo de produção e de organização social.

Na Alemanha, a primeira sociedade a atuar com a emigração e colonização surgiu em 1851, seguindo-se outra, de cunho religioso, em 1864. Todas as que se formaram, laicas ou religiosas, surgiram basicamente em virtude de laços familiares, políticos, religiosos. As companhias de navegação representam um quadro diferente, pois estavam envolvidas no transporte de passageiros e produtos. Depois, quando os emigrados já estavam vivendo no exterior, mas continuavam a ser consumidores de produtos alemães, mantendo e difundindo também entre seus descendentes a cultura alemã (não houve, na imigração alemã, o impulso de converter não-alemães à cultura e língua teuta), surgiu a necessidade de atender à demanda material e espiritual desses agrupamentos. Como era limitado na Alemanha o número de pessoas realmente dispostas a auxiliar os alemães e seus descendentes no Brasil, surgiram estreitos contatos entre diversas organizações, com uma

espécie de revesamento, em que as mesmas pessoas participavam em funções diversas em mais de uma organização. Isso levou inclusive à fusão de algumas organizações.

Tentando conseguir mais apoio para as suas atividades na Alemanha, essas organizações procuraram difundir a idéia de que a saída de milhares de emigrantes do país poderia não ser apenas uma perda, mas trazer benefícios, seja na área econômica (mercados de exportação, abastecimento com matérias primas), seja na área social (diminuição de conflitos sociais mediante emigração de excedentes populacionais). Se as sociedades civis foram criadas com essa finalidade, as religiosas colocavam como objetivo primeiro o apoio espiritual aos emigrantes, orientando-os também quanto às melhores áreas para onde poderiam se dirigir, que lhes propiciariam meios de desenvolvimento material, mantendo a sua religião sem sofrerem perseguições.

As sociedades foram ativas no encaminhamento e na assistência ao emigrante, além de terem tido destacado papel na expansão e na conquista de novos mercados para a exportação. Sem a atuação de algumas, não teria sido possível a manutenção da cultura e língua alemã no Brasil durante gerações. Reivindicaram junto ao governo, durante décadas, a necessidade de organizar a emigração de modo sistemático e orientar o emigrante para áreas favoráveis à manutenção da cultura alemã. Isso não impedia que, ao mesmo tempo, fossem propícias à exportação de mercadorias. Não obtiveram, no entanto, resultados junto ao governo alemão. Somente a partir do período do chanceler Caprivi, que substituiu Bismarck, em 1890, as organizações passaram a receber alguma atenção por parte do governo, pois, devido ao crescente processo de industrialização, a Alemanha necessitava de novas áreas de exportação: como a maioria dos emigrantes dirigira-se para os Estados Unidos, país que passou a ser considerado concorrente, consi-

derou-se conveniente apoiar a emigração para um país menos desenvolvido, mas que também pudesse trazer vantagens econômicas.

As condições então oferecidas ao imigrante no Brasil podiam não ser fundamentalmente melhores do que as que tinham levado à proibição de emigrar ao Brasil em 1859 (Decreto van der Heydt), mas, se convinha à Alemanha ter mais alemães por aqui e menos nos Estados Unidos, então se retirava, para o Sul do Brasil, a proibição anterior, não havendo, entretanto, maneira de controlar que o alemão saísse do Sul e fosse para outras partes do território brasileiro e americano. É como se a realidade fosse constituída a partir de proveitos: variando a constelação dos interesses dominantes na Alemanha, alterava-se "a realidade" no Brasil.

Para conseguir o objetivo de direcionar a emigração, algumas organizações propuseram fundar uma central de informações, tendo várias delas se oferecido para assumir tal função. A central começou, de fato, a funcionar no início de século XX, dirigida pela Sociedade Colonial Teuta, com o *status* de órgão oficial. Com maior ou menor efetividade, orientou durante décadas os emigrantes para áreas que mais interessavam, mesmo que nem sempre fossem as mais propícias aos novos colonos.

As organizações foram criadas por iniciativa privada de industriais, comerciantes, professores, engenheiros, advogados e políticos. Uma das primeiras com atividades no Brasil foi a Associação Hamburguense de Colonização de 1849. Alguns anos mais tarde surgiu o Comitê para os alemães protestantes no Sul do Brasil. Outras organizações, com perfil diversificado, surgiram após a criação do Império em 1871. Por iniciativa das organizações, foram introduzidas, a partir de 1896, certas medidas em relação à emigração: em 1896 houve o levantamento parcial do Decreto van der Heydt; em 1897, o surgimento da Lei

de Emigração e a concessão, para a Sociedade Hanseática de Colonização, do direito de atuar em Santa Catarina.

Já as principais medidas adotadas na Lei de Emigração de 1897 foram: 1) somente companhias de navegação alemãs poderiam transportar os emigrantes, a partir dos portos alemães; 2) a proibição de agentes estrangeiros atuarem dentro da Alemanha, com a intenção de dirigir a emigração; 3) a proibição de emigrar para países e Estados que custeavam as passagem. Não se pode descartar de todo que, apesar de existir na Alemanha, desde 1897, a proibição de propaganda para a emigração, algumas organizações também tinham tido agentes de emigração atuando ao lado dos enviados pelo governo brasileiro. Estes últimos agiram basicamente a partir de outros países europeus, de onde a sua propaganda atingia a Alemanha. Os agentes alemães devem ter atuado em cidades onde havia um grande número de desempregados: freqüentes advertências nos jornais alemães contra a emigração para o Brasil permitem confirmar a existência de tais atividades.

Outro objetivo da nova Lei de Emigração pode ser depreendido das palavras do Chanceler alemão à Embaixada no Rio de Janeiro em 1908:

“Observo, primeiramente, que, como se mostra na fundamentação da lei imperial de emigração, o objetivo do regulamento não foi tão somente uma assistência paternalista em relação aos emigrantes, mas sobretudo também a manutenção da germanidade entre os emigrantes e a utilização da emigração para os interesses da pátria, e isso mediante o desvio da emigração para áreas inadequadas e o seu direcionamento para as mais convenientes”.

O interesse do governo alemão em relação aos emigrantes baseava-se, sobretudo, no fato de eles, além de consumidores de produtos industriais alemães, não reforçarem países concorrentes, passando cada vez mais a estarem em áreas onde au-

mentariam o prestígio do país diante de outras nações. O emigrante enquanto tal, em suas necessidades pessoais e espirituais, não interessava propriamente ao governo alemão. Apenas as organizações religiosas procuravam prestar uma assistência que permitiria a manutenção da língua, da cultura e da religião de origem.

Desde meados de 1850, já havia na Alemanha a preocupação e o interesse, ainda que não “oficialmente declarados”, em relação a lugares que fossem mais propícios para dirigir os emigrantes. Não seria por acaso que vários viajantes — entre eles Robert Avé-Lallemant, Friedrich Gerstäcker e Johann Jakob von Tschudi (diplomata suíço no Brasil) — fizeram viagens pelo Brasil, que resultaram em livros bastante difundidos, onde se descreviam as várias regiões e a situação dos imigrantes, fato que deve ter influenciado na opção de emigrar e na criação de sociedades de apoio³.

Todos eram unânimes em elogiar as condições de prosperidade do Sul do Brasil, alertando contra a emigração para as demais regiões. Apontavam as boas condições existentes para a manutenção da língua e da cultura, atendendo quanto à necessidade de maior preocupação do governo alemão com o destino de seus emigrantes. Por exemplo, em fazendas do interior de São Paulo, houve diversas tentativas de reduzir imigrantes à situação de escravos. As organizações, destacando-se entre elas as religiosas, apoiaram os emigrados, mediante o envio de pastores, professores, subvenção parcial de escolas de língua alemã, etc. Nem sempre a ajuda era em dinheiro. Havia envio de instrumentos, livros, utensílios.

Hamburger Kolonisationsverein von 1849 e Hanseatische Kolonisations-gesellschaft

A Associação Hamburguense de Colonização de 1849 foi a primeira a atuar no Brasil, adquirindo terras em Santa Catarina e fundando, em 1851, na colônia Dona Francisca, as colônias de Joinville e São Bento do Sul⁴. As terras eram vendidas em lotes aos imigrantes, conseguindo a Associação lucro com a venda. Não houve, no entanto, a venda de todas as terras, devido à pouca entrada de imigrantes, e, como os custos com a administração eram bastante elevados, a Associação atuou durante décadas com prejuízos, estando constantemente em dificuldades financeiras. Em um relatório, o diplomata Krauel, afirmava:

“A Associação Hamburguense de Colonização de 1849, que adquiriu terras para colonização em Joinville e São Bento, nunca fez negócios brilhantes, embora tenha, desde o início, encontrado mercado e colonos, e o governo brasileiro tenha dado elevadas subvenções para a construção de estradas. Desde o começo a Associação contou com poucos recursos e, quando o número de emigrantes da Alemanha diminuiu, reduziram-se as receitas — para a criação de uma conexão regular entre portos brasileiros e alemães não havia dinheiro —, em suma, a atividade da Associação estagnou quase completamente nos últimos decênios, de maneira que já estava mais do que na hora quando, em 1897, ocorreu a sua dissolução dentro da Sociedade Hanseática de Colonização. Esta Sociedade está estreitamente ligada às grandes linhas de vapores alemãs, cujos navios mantêm um transporte direto de passageiros para São Francisco e Itajaí, portos de entrada para a região da colônia⁵”.

Através desse registro, pode-se verificar que — com a dissolução na Sociedade Hanseática de Colonização — a maioria dos acionistas da Associação Hamburguense passou para a nova sociedade, pois não queria perder o capital investido ante-

riormente, tendo interesses comerciais no Brasil. O fato de a Sociedade não ter conseguido atrair mais imigrantes para a área deve ser atribuído à criação da colônia do Dr. Blumenau, localizada a cerca de 60 quilômetros de distância. Os dois empreendimentos se esforçaram para atrair imigrantes, tornando-se concorrentes. Ambos solicitaram diversas vezes auxílio ao governo alemão, mas não foram atendidos, o que está de acordo com a generalizada indiferença alemã quanto ao destino de seus antigos cidadãos, considerados “traidores” da pátria pelas forças conservadoras dominantes: a sua saída era, efetivamente, uma crítica implícita às condições de vida vigentes na Alemanha na época.

A Associação Hamburguense de Colonização de 1849 foi criada num período em que grande número de pessoas se dirigia para o Brasil. Tinha por objetivo não só lucrar com o transporte dos emigrantes, mas vender-lhes terrenos, gêneros alimentícios e utensílios. Se a sua atuação tivesse tido resultados positivos, certamente associações criadas décadas mais tarde teriam também adquirido terras no Brasil para fundar colônias. Como ela não estava em condições de pagar os créditos e juros ao governo brasileiro, propôs então, na década de 1890, a venda dos bens adquiridos.

Em 1891, Carl Fabri, gerente dessa Associação, afirmava em um memorando:

“A Associação está disposta a vender todas as propriedades, direitos e haveres pelo preço de 125.000 marcos. A peritagem demonstrou, de modo indubitável, que somente com o investimento imediato de grandes somas de capital o empreendimento promete crescer de modo contínuo. A antiga Associação não está, no entanto, financeiramente em condições de assumir tal investimento⁶⁷.”

A venda tornou-se necessária, pois, caso contrário, todos os anos de esforços teriam sido em vão. Como a maior parte das terras adquiridas ainda não havia sido revendida, elas continuavam abandonadas, e a reduzida entrada de imigrantes havia tornado a empresa inviável. Fabri observava ainda no mesmo relatório:

“Todos os alemães, que se estabeleceram nos estados do Sul, tornaram-se bons cidadãos brasileiros e, na verdade, não esqueceram a antiga pátria, mas têm a sua dívida de gratidão para com a nova pátria, à qual muito devem. (...) Ao voltarmos-nos para essas regiões, não pensamos em nenhuma anexação política, e isso não por temor diante de uma nova doutrina Monroe, mas em função do interesse real e econômico da Alemanha e desses Estados. Quanto ao futuro, não pensamos, efetivamente, em hasteamentos de bandeiras alemãs, mas na formação de colônias teuto-sul-americanas, nas quais o elemento germânico terá presença marcante, passando ele, como já ocorre hoje, a manter e estimular um ativo intercâmbio econômico e comercial com a antiga pátria”.

Pode-se notar que a principal preocupação era um maior intercâmbio econômico da Alemanha com o Brasil, especialmente com os estados do Sul, onde se encontrava a maioria dos imigrantes alemães, mas longe estava isso de significar o desejo de uma anexação política da região por parte do Império Alemão⁸.

As negociações demoraram anos, até que, finalmente, surgiram na Alemanha interessados em assumir os compromissos da Associação e levar avante o seu projeto de colonização. Oferecida à venda em 1891, só em 1897 é que finalmente surgiu a Sociedade Hanseática de Colonização, sobre a qual Cornelius observava:

“Ela originou-se da Associação de Colonização de 1849, a fundadora das colônias Dona Francisca e São Bento (hoje

Joinville), e assumiu suas concessões de povoamento em 650.000 hectares de terras. O maior proprietário da HKG (Hanseatische Kolonisationsgesellschaft — Sociedade Hanseática de Colonização — N. A.) é a firma Hermann Stoltz, Hamburgo⁹⁹.

Com o surgimento da Lei de Emigração, em 1897, a Sociedade recebeu autorização, por parte do governo alemão, de levar emigrantes alemães para a área adquirida. A fim de conseguir atraí-los, foi-lhe permitido fazer propaganda. No mesmo período, registrava-se na *National-Zeitung*:

“A fim de promover a emigração alemã para o Brasil, quase não existem, do nosso ponto de vista, condições no momento, mesmo não levando em conta as opiniões negativas quanto ao fato de os alemães encontrarem lá condições favoráveis de um modo permanente e duradouro. No momento, faltam na Alemanha trabalhadores de tudo quanto é espécie, tanto na indústria quanto no campo. Noticia-se até que são utilizados prisioneiros para auxiliar na mineração, e soldados nas fábricas de açúcar. (...) Entrementes, seria melhor, ao invés de estimular a emigração para o Brasil, tratar de promover boas condições para fixar alemães nas regiões fronteiriças carentes a leste do rio Elba e, por outro, naquelas das nossas colônias africanas, em que existem boas condições¹⁰⁰”.

As sugestões tiveram pouco efeito, a emigração já vinha diminuindo há anos, poucos se dirigiram para a África e também não ocorreu uma migração da parte ocidental para a oriental da Alemanha, embora esta continuasse a apresentar o maior índice de emigrantes, pela falta de melhores perspectivas.

Em 1898, numa sessão do ministério imperial teuto, foi discutido o requerimento da Sociedade quanto a uma concessão para promover a emigração para o Brasil. A dúvida do ministro de Estado voltava-se para a questão de saber se os emigrados encontrariam um destino mais feliz na mata brasileira do que se ficassem em casa. De um modo geral, acrescentava ele, seria

desejável fortalecer a cultura teuta (das Deutschtum) no Sul, já que as colônias, caso não recebessem auxílio, corriam o risco de se estiolarem. Segundo ele, estes eram, no entanto, apenas interesses daqueles que já estavam localizados no Brasil, tendo o Sul do país pouca relevância enquanto mercado para produtos alemães. A força motriz do empreendimento seria as sociedades de navegação, que tinham interesse no caso, pois ele, ministro, já se havia convencido, no porto de Bremen (Bremerhaven), de que os navios de emigração se encontravam no momento vazios¹¹.

A Sociedade recebeu a autorização para fazer propaganda na Alemanha e levar até 1.000 colonos por ano para as quatro colônias do "Empreendimento Hansa" — Itajaí-Hercílio, Itapocu, São Bento e Piraí — onde cada um podia adquirir até 25 hectares, que tinham de ser pagos, a vista ou a crédito. Apesar dos esforços realizados, não foi possível concretizar o objetivo: o número de pessoas foi sempre inferior à quota e bastante irregular de um ano para outro. Jamais se conseguiu alcançar, em todo o período de atividade, a quantia de 1.000 pessoas por ano. Pela permissão de agenciar emigrantes, que lhe foi concedida, a Sociedade teve de comprometer-se a levá-los até o seu destino, trazê-los gratuitamente de volta caso não fossem aceitos (o que podia ocorrer se tivessem contraído doenças contagiosas), adiantar dinheiro e/ou fornecer alimentos, dar abrigo aos imigrantes até serem construídas as suas casas, erigir igrejas e escolas em terrenos cedidos gratuitamente, bem como providenciar assistência médica e medicamentos necessários¹².

A Sociedade sempre esteve em dificuldades financeiras, tendo várias vezes solicitado créditos aos acionistas ou ao chanceler do Império. Pelo Decreto nº 3, de 8 de janeiro de 1924, ficou anulado o contrato estabelecido em 1895 entre a Sociedade e o governo de Santa Catarina, sendo reconhecido o direito de

propriedade sobre as terras pagas até 1906¹³. Durante anos a organização continuou introduzindo colonos europeus e teuto-brasileiros na região, tendo conseguido vender, entre 1924 e 1938, um total de 65.812 hectares. Em 1942, à época do rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha, os bens da Sociedade passaram a ser administrados pelo governo brasileiro.

A construção da ferrovia Blumenau-Hammonia ocorreu graças aos esforços junto às autoridades alemãs, uma estrada que, aliás, tinha sido projetada para se estender até o porto de São Francisco, em Santa Catarina. Assim, o primeiro trajeto foi construído com capital alemão, tendo a outra parte sido completada, mais tarde, pelo governo brasileiro¹⁴. Desde o início, a construção da ferrovia não contou com o apoio de todos os acionistas. Isso aparece em uma carta de Ballin, diretor da Linha Hamburgo-América a Wiegand, diretor do Lóide Nórdico Alemão:

“Do ponto de vista nacional, e em virtude da grande falta de trabalhadores com os quais teremos de contar, a qual ameaça seriamente o nosso desenvolvimento no setor industrial, só podemos nos alegrar que já não exista mais uma emigração alemã digna de menção. Por isso, não sei por que teríamos nós de construir no Sul do Brasil ferrovias, para lá estabelecer alemães. E, no que diz respeito às pessoas que já estão fora, acredito que elas estão bem lá, mesmo sem ferrovias: na maioria são eslavos e galízios, que lá estão estabelecidos. E, ainda que fossem na maior parte alemães, creio que esses colonos pouco hão de agradecer, por seu sacrifício em termos de tempo e dinheiro¹⁵”.

As opiniões registradas na carta estão bem longe da concepção, tão divulgada na imprensa inglesa e francesa e reproduzida depois na brasileira, de que teria havido um grande planejamento e esforço no sentido de uma expansão imperialista alemã no Sul do Brasil. Para a colocação dos produtos e a

prosperidade da colônia, e portanto do país, era necessária a abertura de vias de comunicação, opinião partilhada pelos colonos. Estes foram obrigados a ajudar na construção da ferrovia, mas conseguiram descontar, através do trabalho, parte das prestações das terras adquiridas.

Centralverein für Handelsgeographie und Förderung deutscher Interessen im Ausland

A Associação Central para a Geografia do Comércio e Incentivo dos Interesses Alemães no Exterior foi criada em 1878, tendo como presidente, durante muitos anos, o Dr. Jannasch, que, juntamente com Siegfried Passarge, Paul Rohrbach e Hans Pasche, na Alemanha, foram os mais importantes mentores da colonização. Entre os principais objetivos dessa Associação constavam:

“(...) organizar e manter estreitas ligações dos alemães que vivem no exterior e a pátria. (...) Em função dos conhecimentos adquiridos sobre o exterior, a Associação deseja promover a emigração para países que ofereçam boas condições para o estabelecimento de alemães e nos quais o espírito do povo alemão possa manter-se vivo¹⁶”.

Estas preocupações também são encontradas em outras associações, que desejavam que os emigrantes se mantivessem, na medida do possível, em grupos compactos, para não se diluírem logo em outras nacionalidades. Somente assim poderiam manter melhor a integridade, a identidade étnica e a defesa dos seus interesses.

O órgão de informação dessa organização era o Export, que já anos antes do surgimento da Lei de Emigração vinha se manifestando contra alguns itens constantes no projeto que estava sendo discutido pelos políticos. As críticas da Associação

se dirigiam especialmente contra o item que proibia a emigração de pessoas para as quais governos estrangeiros adiantavam passagens: era considerado um presente grego, contrário aos interesses dos colonos, uma limitação da emigração. Em 1892, sem levar em conta as publicações existentes, que alertavam contra as más condições de trabalho existentes em São Paulo nas fazendas de café, Jannasch, referindo-se a itens da Lei de Emigração, principalmente ao Artigo 23, declarava:

“Não sou de opinião que o novo projeto representa um notável progresso. Sobre muitos de seus parágrafos pode-se discutir. Por que a lei deseja dificultar a emigração nos casos em que governos estrangeiros, sociedades de colonização ou empreendimentos semelhantes pagam a passagem? Austrália, Canadá, Chile e Brasil fizeram isso várias vezes, e muitos emigrantes foram beneficiados com isso, puderam fazer economias através desses favores¹⁷⁹”.

Sobre a impossibilidade de muitos imigrantes que se encontravam em São Paulo acumularem, já haviam sido divulgadas notícias desde os anos 50. É de se supor que o autor inclusive conhecesse pessoalmente as condições de vida existentes, já que Jannasch havia visitado, em 1881, uma exposição de produtos alemães em Porto Alegre, organizada por Karl von Koseritz. Ignorou-as, em função dos interesses da Associação.

Em 1895, foi publicado na revista da Associação o seguinte texto:

“O aumento anual da população alemã em torno de 500.000 pessoas e, especialmente, a entrada de trabalhadores jovens no mercado empurra os mais velhos para fora do emprego, tornando-os desempregados ou dificultando as possibilidades de conseguir emprego. Enquanto o Estado não garantir, nessas circunstâncias, trabalho e salário aos prejudicados, enquanto ele não reconhecer o direito ao trabalho, ele também não tem direito de proibir a emigração, ou dificultá-la. Pelo contrário, como moderno Estado de cultura, tem o de-

ver, em seu próprio interesse, de aproveitar essa força de trabalho por tanto tempo e de modo tão abrangente quanto possível¹⁸⁾.

Aí se percebe também a relevância que teve a emigração para o avanço da legislação trabalhista na Alemanha: cada emigrante era um constrangimento para que fossem criadas leis que dessem maiores garantias sociais. Apesar de todas as propostas que a Associação fez ao governo teuto, ela não conseguiu sensibilizar os setores governamentais alemães no sentido de ser permitida a livre emigração para todos os estados brasileiros. Devido à falta de controle da migração no Brasil, a proibição existente na Alemanha de emigrar para o território brasileiro, excetuando-se o Sul, tinha antes o sentido de um alerta para os emigrantes quanto ao que encontrariam nas demais regiões, do que uma medida eficaz, em condições de realmente coibir que houvesse assentamento em Minas Gerais, Amazonas ou Bahia.

Deutsche Kolonialgesellschaft

A Sociedade Colonial Teuta foi criada em 1887, com a intenção de estender as suas atividades para todas as áreas onde se encontrassem alemães no exterior. Entre os seus principais objetivos constava, no Artigo 2 dos Estatutos:

“1. dedicar-se ao trabalho nacional da colonização alemã e levar a círculos sempre maiores, o reconhecimento e necessidade disso; 2. promover a solução prática das questões coloniais; 3. favorecer a apoiar empresas de colonização nacionais alemãs; 4. atuar com a apropriada solução nas questões ligadas à emigração alemã; 5. manter e fortalecer a economia e a ligação espiritual dos alemães no exterior com a pátria¹⁹⁾”.

Para concretizar esses princípios, a Sociedade pretendia estabelecer um departamento de emigração, como já ocorria

com a Sociedade Geográfica. As suas propostas básicas eram, de um modo geral, semelhantes às de outras organizações. Coube, no entanto, à Sociedade Colonial um papel de destaque entre todas as organizações que existiram até depois da Primeira Guerra Mundial. As suas atividades concentraram-se especialmente nas colônias alemãs da África.

Do congresso que a Sociedade realizou em 1902, participaram diversas organizações ligadas à colonização, à emigração e ao comércio exterior, entre elas a Federação dos Industrialistas Alemães, a Associação dos Industriais, as Sociedades Geográficas, bem como algumas sociedades missionárias evangélicas e católicas²⁰. Após longas discussões, chegaram à conclusão de que a melhor área para se dirigir a emigração, devido às boas perspectivas de desenvolvimento, seriam os países da América do Sul, especialmente o Sul do Brasil²¹. Para atingir o objetivo de colocar mais emigrantes nessa área, deveriam ser auxiliadas as organizações que se encontravam atuando no Sul do Brasil, como a Sociedade Hanseática de Colonização, bem como a Empreendimentos dr. Meyer de Neu-Württemberg (Panambi), que este pesquisador de Leipzig e coproprietário do Instituto Bibliográfico criou em 1898, enquanto resultado prático de suas viagens de estudos²².

O dr. Meyer manteve estreita correspondência com o presidente da Sociedade Colonial, que em uma carta de 1902 escreveu:

“Com satisfação tomei conhecimento de que o Senhor já está em contato com o chefe da agência de informação da Sociedade Colonizadora Alemã, o sr. Consul Geral Koser, ao qual eu recomendei os esforços do senhor no sentido de ajudar, com o melhor de suas forças, a orientar a corrente emigratória também para o Sul do Brasil, já que, no momento, a nossa principal tarefa é conseguir organizar lá uma forte e compacta germanidade (Deutschtum)²³”.

Na colônia do dr. Meyer não entraram muitos imigrantes. Ele havia adquirido terras e passara a vendê-las aos colonos. O interesse da Sociedade Colonizadora Alemã voltava-se para o desenvolvimento de colônias grandes e prósperas, que contribuíssem para a ampliação do comércio alemão. Como o direcionamento para o Brasil e outros países da América do Sul não se efetuou em moldes considerados satisfatórios pela Sociedade, o Congresso seguinte, de 1905, registrou em sua resolução:

“O Congresso Colonial declara como urgente e almejavél orientar, na medida do possível, a emigração de nossos conterrâneos para as nossas colônias alemãs; à medida que isso não fôr possível, atuar então para que os nossos emigrantes, não como até agora, dirijam-se na grande maioria para aqueles países, em que eles logo perdem o modo de ser germânico, mas sobretudo dar prioridade para aqueles lugares onde já se encontram pioneiros alemães, língua alemã, cultura e escolas alemãs. Por isso, o Congresso Colonial considera correto orientar a emigração de nossos conterrâneos para regiões como o Sul do Brasil e os estados platinos. É desejável averiguar pormenorizadamente, através de uma agência central, as condições de emigração, de acordo com o seu desenvolvimento histórico e o seu estado atual, levando isso ao conhecimento público através de monografias (Monographien)²⁴”.

Observe-se, de 1902 a 1905, em primeiro lugar, o direcionamento de emigrantes para as colônias alemãs, isto é, para colônias pertencentes à Alemanha (não para glebas de terras, em outros países, pertencentes a colonos de origem alemã). O que se nota, com clareza, é que, para os emigrantes individualmente, seria melhor encontrarem pessoas da mesma cultura e origem étnica no novo país. Enquanto política para-oficial, somente à medida em que não fosse possível a ida à África é que se daria preferência ao Sul do Brasil e à região do Prata, o que é

compreensível por razões de ordem climática, econômica e demográfica.

Palestras sobre a colonização alemã no Sul do Brasil foram feitas por Jannasch, Meyer, Bolle e Sellin, que defenderam o empreendimento. O *Jornal Germania* foi de opinião que a propaganda de emigração em favor do Brasil mereceu pouca atenção no Congresso²⁵. Cabe ressaltar que a emigração alemã não ocorreu mais em grande escala após 1894, e o Brasil não conseguiu mais atrair muitos emigrantes. Na Alemanha, apesar dos esforços realizados pelas organizações junto a setores privados e públicos no sentido de conseguir verbas para obras em andamento no exterior, o resultado foi reduzido, como mostra o caso da ferrovia em Santa Catarina. Na sessão VI do congresso realizado em 1910, tratou-se, em uma palestra, das perspectivas que teriam os alemães no Brasil; em outra, foi avaliada a colonização em São Paulo²⁶. Participaram dessa sessão o dr. Meyer e Fabarius. Este Congresso ocupou-se sobretudo com o desenvolvimento do comércio.

Verein für deutsche Auswandererwohlfahrt

A Associação Filantrópica dos Emigrantes Alemães teve a participação de políticos, professores, profissionais liberais, diretores da Linha Hamburgo-América, do Lóide Nórdico Alemão e da Sociedade Hanseática de Colonização. O cargo de presidente foi ocupado pelo prof. dr. Kettler, que integrava a Sociedade Geográfica de Hannover. Entre seus objetivos básicos, visava uma política nacional de emigração, que orientaria os emigrantes para que refletissem seriamente sobre as vantagens e desvantagens da emigração. Caso não vissem possibilidade de permanecer na Alemanha e quisessem mesmo emigrar, a Associação queria aconselhá-los a irem para áreas onde encontrariam melhores condições²⁷.

Em um artigo do *Kölnische Zeitung* de 1898, levando em consideração as dificuldades dos grandes proprietários alemães em reter mão de obra, a Associação propunha:

“Ameaça tornar-se uma calamidade a atual dificuldade para conseguir e manter trabalhadores em nossa agricultura. Por isso, para uma política de emigração que pretenda ser nacional, não pode aparecer como tarefa reforçar artificialmente a emigração do meio rural e da classe trabalhadora, mas, pelo contrário, a tarefa consiste em atuar no sentido de que os emigrantes das citadas camadas populacionais se torne mais fraca, tornando, ao invés disso, mais forte a das camadas populacionais que ameaçam fortalecer o proletariado das grandes cidades²⁸.”

A preocupação no sentido de evitar que os trabalhadores do campo passassem novamente a emigrar em grande número, como em décadas anteriores, levou diversas associações — atendendo a solicitações dos proprietários rurais — a adotar uma política de emigração que se voltasse mais para os trabalhadores industriais desempregados. Isso ia, sem querer, ao encontro do processo de industrialização brasileiro, centrado em São Paulo, que acabou recebendo trabalhadores com qualificação industrial, ainda que muitos tenham ido se estabelecer inicialmente nas fazendas de café, pois o governo paulista havia-lhes adiantado as passagens com esta finalidade. Há fortes indícios de que alemães mais pobres teriam ido para São Paulo, enquanto os mais ricos preferido a Argentina, e os remediados ido para o Sul do Brasil.

No relatório anual da Associação, em 1900, o presidente, ao discorrer sobre as atividades da entidade, avaliou que, para uma eficiente política de emigração, seria necessário perseguir três metas:

“Como primeiro objetivo, colocamos a influência no direcionamento da corrente emigratória. A segunda tarefa — e

muito mais difícil, de uma política de emigração nacional — é conquistar influência na composição da corrente emigratória. Trata-se aqui de acrescentar mais e mais elementos na corrente de emigração, que ameaça entre nós reforçar o proletariado das grandes cidades. Essa tarefa é tão difícil quanto importante, já que esses elementos precisam primeiro ser, em sua maioria, preparados para a emigração. Como último objetivo de uma pragmática política nacional de emigração, deve-se ganhar influência em manter a conexão econômica, lingüística e cultural dos emigrados com a pátria²⁰.

A Associação reconheceu, no entanto, que não era conveniente a emigração de operários industriais, pois eles teriam dificuldades em se adaptar ao trabalho agrícola no exterior, não só no Brasil, pois, com exceção dos Estados Unidos, os demais países não desejavam trabalhadores industriais.

Objetivos semelhantes, ainda que não tão claramente expostos, já haviam sido colocados por outras associações. Caso conseguissem alcançá-los, isso seria vantajoso tanto para a Alemanha, — visto que existiria uma população no exterior a manter viva a língua e as tradições, consumindo produtos alemães (um modelo semelhante existiu entre a Inglaterra e seus cidadãos nos Estados Unidos) — quanto para os emigrados, que contariam com a ajuda e a proteção da antiga pátria. No caso brasileiro, em termos de proteção da antiga pátria, os emigrados praticamente nada receberam, ainda que tenham solicitado auxílio diversas vezes, especialmente durante as revoltas ocorridas no Sul durante o século XIX, quando suas plantações foram devastadas e seu gado e outros bens levados pelas tropas.

Alldeutsche Verband

A Liga Pangermânica não era uma organização governamental, ainda que, em parte, tenha atuado com apoio do

governo. Na política externa ela atuou em geral mais agressivamente que o governo alemão. Tinha uma postura extremamente nacionalista; sua atividade não se orientou, em primeiro lugar, para a colonização, mas para a política da germanidade. Como se tornou conhecida em função da propagação e manutenção da língua e dos usos e costumes alemães no exterior, podendo ser instrumentário de sustentação para a propagada tese do expansionismo imperialista germânico, é necessário analisar alguns dos seus pontos de vista, embora diversas teses, livros e artigos, abordando a trajetória da Liga, já tenham sido escritos³⁰. Por isso, apenas serão analisados alguns dos seus principais objetivos, relativos à manutenção das tradições alemãs no Brasil.

Além de sua atividade no exterior, a Liga também foi ativa na Alemanha, à medida que se posicionou várias vezes, através da imprensa, contra a imigração dos povos do Leste europeu para a Alemanha. A sua fundação deu-se em decorrência do Acordo Helgoland-Sansibar, pelo qual a Alemanha comprometeu-se a entregar aos ingleses uma região bem maior e mais valiosa do que aquela que receberia em troca. Um grupo de nacionalistas e expansionistas alemães alertou para as sucessivas “perdas” de territórios, que iam sendo consecutivamente ocupados por outras potências:

“Nós éramos proprietários das Carolinas, o governo alemão entregou o grupo de ilhas, quando submeteu a um juiz espanhol o nosso direito de propriedade. Sangue alemão foi derramado abundantemente em Samoa, elevando, assim, o nosso direito à ilha inclusive a um grau de dever sagrado em relação às vítimas. No Oeste africano, Robert Flegel pesquisou os negros bunuê. Comerciantes alemães haviam ocupado a região com fábricas e, assim, adquirido direitos. (...) Também aí, no entanto, a Alemanha voltou atrás diante das inesgotáveis exigências dos ingleses, satisfazendo-se com promessas de livre comércio na preciosa corrente³¹”.

As perdas de áreas já ocupadas, culminando no Acordo Helgoland-Sansibar, representavam, para os nacionalistas alemães, uma derrota internacional frente às outras nações industrializadas e, pretendendo evitar prejuízos ainda maiores, organizaram a Liga, que buscava basear-se na importância, no direito e até no dever da Alemanha em ocupar um lugar de destaque junto às outras metrópoles. Através de conferências e da publicação de artigos em jornais, trataram de sensibilizar a população quanto ao papel histórico que lhes parecia caber.

Quanto à emigração, a atuação da Liga se dava no sentido de que ela deveria ser direcionada para áreas onde os emigrantes pudessem manter a língua, os usos e costumes, sem sucumbirem à cultura nativa. Com a primeira denominação de "Coligação Geral Alemã", contou, em dois anos, com 21.000 associados, compostos em sua maioria por profissionais liberais, professores universitários e por políticos: em suma, pela inteligência alemã. Por dificuldades financeiras, teve pouca atuação até 1893, tendo o número de sócios diminuído sensivelmente. Em função de uma reestruturação, em 1894, Ernst Hasse assumiu a direção e alterou o nome para Liga Pangermânica. Hasse era presidente da Associação de Geografia Comercial e Política Colonial, de Leipzig, pertencendo também à diretoria da Sociedade Colonial Teuta³².

Como organização da sociedade civil, a Liga inclusive criticou várias vezes posições e posturas do governo alemão, tanto no nível nacional quanto internacional, sempre que achava que os interesses nacionais estavam sendo prejudicados. Por sua iniciativa, em 1895, foi entregue ao Parlamento Imperial um projeto de lei sobre a "Aquisição e perda da cidadania alemã", que acabou se tornando lei em 1913, embora com algumas alterações. Em termos de propagação e manutenção da cultura alemã, foi uma das organizações mais ativas entre todas as relacionadas com a emigração. Nos seus estatutos constava:

“Artigo 1º - A Liga Pangermânica foi criada para promover os interesses nacionais alemães no país e no exterior, tendo por objetivos: 1. Revitalização da consciência patriótica, e luta, em todos os sentidos, contra aqueles que se colocam contra o desenvolvimento nacional; 2. Cultivo e apoio a esforços da nacionalidade alemã, em todos os países onde membros do nosso povo são obrigados a lutar pela sobrevivência de sua especificidade, unificando os elementos alemães no mundo para esse objetivo; 3. Promoção de uma política ativa dos interesses alemães na Europa e no além-mar, principalmente também a continuação do movimento colonial alemão no sentido de obter resultados práticos³³”.

A Liga desejava fomentar um povoamento mais intensivo às colônias alemãs na África, e somente em lugar bem secundário a emigração para a América do Sul. Temendo perder territórios (como efetivamente acabou acontecendo), ela era a favor da migração interna, para terras alemãs na região leste, nos quais já existiam populações alemãs³⁴. Os objetivos e a política da Liga foram formulados na imprensa do seguinte modo:

“Antes de ocorrer a unificação da Alemanha, proclamava-se sarcasticamente na Inglaterra: A França tem colônias, e não tem colonos; a Alemanha tem colonos, mas nenhuma colônia: a Inglaterra possui ambos. Hoje temos colônias, e também teríamos colonos, mas não os enviamos para as nossas colônias³⁵!”

Devido às queixas de emigrantes, à medida que delas tomava conhecimento, a Liga pretendeu oferecer apoio aos alemães no exterior, principalmente quando se tratava de perseguições de autoridades estrangeiras, em função da parca defesa dos interesses dos imigrantes por parte dos diplomatas alemães³⁶.

A situação dos imigrantes no Sul do Brasil, que muitas vezes tiveram de pagar novamente por suas terras já adquiri-

das, sob a ameaça de perdê-las (o que chegou a acontecer com muitos), aparece em um registro na *Kölnische Zeitung*:

“Já durante a última revolução (1892-95), mostrou-se como foi deficiente essa proteção jurídica, e a re aquisição de terras já adquiridas tornou, nos últimos anos, a situação ainda pior. Nenhum cidadão do Reich foi prejudicado pela re aquisição, mas centenas de alemães naturalizados tiveram de voltar a adquirir suas terras do Estado, pagando mais uma vez por sua propriedade, que haviam comprado de proprietários privados³⁷”.

Enquanto os alemães no Brasil podiam comprar terras, muitos brasileiros de origem alemã tiveram o “privilégio” de pagar duas vezes pelas mesmas terras. Contra princípios jurídicos elementares, esta prática foi encontrada no Rio Grande do Sul, no início do século XX, e, apesar do protesto de vários artigos de jornais alemães no Brasil e da imprensa na Alemanha, o governo estadual e federal nada fizeram para contornar a situação. O presidente do Rio Grande do Sul afirmou que o ato seria anulado, mas durante anos nada foi feito.

A imprensa alemã retomou, em 1906, o assunto:

“A campanha nativista contra o elemento teuto foi conduzida de um modo especialmente intenso e aberto. Pouco a pouco foram chegando fatos ao conhecimento público, que demonstram que isso só podia ter tido o objetivo de mascarar a roubalheira que funcionários públicos nativistas empreenderam contra as poupanças dos colonos alemães, à medida que foram forçados à recompra³⁸”.

Quem não pôde pagar novamente, teve de abandonar as terras. Devido à repetição de tais fatos, o *Hamburger Nachrichten*, apresentou a seguinte notícia:

“Num lugar de destaque, aventamos, há cerca de dois meses, a brutal postura do governo brasileiro contra colonos ale-

mães no Rio Grande do Sul. Tratava-se, daquela vez, de propriedades fundiárias que o governo declarou como propriedade do Estado, embora ele mesmo tivesse fornecido aos colonos títulos legais de propriedade. Agora, trata-se de terra privada que se encontra há mais de 70 anos em posse dos compradores. O caso ocorre na Sesmaria Ubatuba em Lageado (sic)³⁹.

A situação, em outra área de colonização, foi avaliada assim, em 1906:

“Em relação à famigerada “limpeza fundiária” (Landbereinigung: a reaquisição de terras — N. A.) diz-se que ela teria chegado ao fim no início de 1903, o que até certo ponto está correto. Além disso, está correto que, no caso dos colonos alemães de Santa Cruz, que iam ser forçados a pagar novamente a propriedade adquirida dentro da lei, esse pagamento foi anistiado, à medida que as pessoas não tinham afobadamente pago logo. Estas últimas podem solicitar uma indenização em terras devolutas, que lhes deverão ser entregues em algum lugar, num mato próximo. O dinheiro extorquido não recebem de volta⁴⁰”.

Pode-se concluir que tais ações contra os naturalizados ocorreram não apenas porque as autoridades alemãs não queriam imiscuir-se, mas porque, igualmente, não contaram com a assistência das autoridades brasileiras, que os deixaram entregues à própria sorte. Segundo informações dos jornais alemães, tais acontecimentos somente ocorreram com os teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul, não atingindo outros grupos étnicos, que lá também já se encontravam há várias décadas. Era uma ação voltada especificamente contra o elemento de origem alemã, uma manifestação de racismo e preconceito da parte de governantes brasileiros de origem lusitana. Se a divulgação internacional de ações discriminatórias dentro de um país pode, eventualmente, ajudar a conter o arbítrio e a prepotência, no caso dessas ocorrências no Rio

Grande do Sul, a Liga nada fez diretamente em favor dos atingidos, agindo apenas no sentido de publicar os fatos na imprensa.

Companhias de navegação: Norddeutscher Lloyd e Hamburg-Amerika-Linie

O Lóide Nórdico Alemão e a Linha Hamburgo-América foram as companhias de navegação alemãs que se destacaram no transporte de mercadorias e de passageiros para os Estados Unidos e para a América Latina. Elas tinham interesse direto em tudo o que se relacionasse com a emigração. Seus diretores integraram ao mesmo tempo diversas organizações. Um papel decisivo no cancelamento parcial do Decreto van der Heydt para os três estados sulinos, na formação da Sociedade Hanseática de Colonização e no aparecimento da Lei de Emigração foi desempenhado pelo então diretor do Lóide Nórdico Alemão, Wiegand, que em 1894 e 1895 fez uma viagem de cinco meses para a América do Sul. Ao retornar, escreveu sobre as boas condições de prosperidade dos alemães, conseguindo interessar parte dos meios políticos para que a emigração fosse direcionada para essa região.

Pela Lei de Emigração de 1897, as duas companhias receberam o direito de transportar somente passageiros alemães a partir dos portos da Alemanha. Em um texto de 1897, sobre o projeto de lei, afirmava-se que algumas cláusulas prejudicariam as linhas de navegação alemãs, impondo-lhes uma série de compromissos, aos quais era difícil atender⁴¹. Entre outras, destacavam:

“A Lei simplesmente não se preocupa que os estrangeiros, sobre os quais o Império alemão não tem jurisdição, possam exercer o seu direito de fazerem as suas viagens através de portos intermediários, como eles preferem. Seria interes-

sante saber de onde o governo quer ter o direito de forçar o emigrante — que viaja através da Alemanha com trens alemães, pagando a sua passagem como qualquer outro — a continuar a sua viagem em uma determinada companhia para o lugar de destino no além-mar⁴²”.

Essa regra não foi cumprida pelas companhias, pois muitos emigrantes do leste continuaram a embarcar nos portos de Hamburgo e Bremen. Sobre os prejuízos que poderiam ocorrer para as companhias de navegação com a nova Lei de Emigração, constava, ainda, na crítica ao projeto:

“Parece que, na área da elaboração das leis, ainda não se soube avaliar a relevância das duas linhas de vapor alemãs, que constam agora entre as mais importantes sociedades de navegação do mundo, o que somente tornou-se possível mediante o tráfego da emigração, e foi esse processo que abriu para o comércio e a indústria alemã as áreas de exportação⁴³”.

Como oficialmente era proibido o transporte de emigrantes alemães para outros estados brasileiros que não os do Sul, as companhias de navegação solicitaram permissão ao governo alemão para transportarem passageiros de outras nacionalidades aos portos brasileiros do Sudeste e Norte, o que lhes foi concedido⁴⁴. É difícil saber se a resolução governamental alemã, de que não transportassem alemães com passagens subvencionadas pelo governo brasileiro, foi de fato rigorosamente cumprida pelas companhias. Entre esses portos encontrava-se o de Santos, para o qual a maioria dos emigrantes se dirigia em virtude da prosperidade de São Paulo e a conseqüente disponibilidade de meios financeiros para subvencionar passagens.

O jornal Germania publicou um artigo sobre fatos ocorridos com imigrantes alemães em São Paulo:

“As sociedades de navegação de Hamburgo e Bremen transportaram, no último meio ano, vários emigrantes para cá, que até agora têm sido identificados como alemães pelos

jornais. Segundo informações obtidas, tratam-se de austríacos ou de poloneses não-alemães⁴⁵.

Não fica esclarecido quais os jornais que definiam os imigrantes como alemães, e qual a razão desse procedimento. É de se supor que fossem jornais luso-brasileiros, pois na Alemanha seria mais difícil registrar outra nacionalidade no caso de emigrantes não-alemães que saíam pelos portos de Hamburgo, Bremen ou Stetin. Como não ficam claras as vantagens que poderiam eventualmente ter as companhias de navegação, ou até mesmo os funcionários públicos alemães, em alterar a nacionalidade dos emigrantes, é de se supor que a confusão tenha surgido de parte das autoridades brasileiras, que não faziam distinção entre as diversas nacionalidades dos imigrantes. Isso significa que se registraram no Brasil como alemães um número maior do que aqueles que efetivamente emigraram da Alemanha.

Associações religiosas: Comité für die protestantischen Deutschen in Südbrasilien, Evangelische Hauptverein für deutsche Ansiedler und Auswanderer, St. Raphaels Verein

As associações religiosas tiveram, em relação à emigração, uma atividade tão importante quanto as demais organizações. Na vida cotidiana, chegaram a ter importância inclusive maior. A quase totalidade dos emigrantes era fortemente marcada pela religião evangélica ou pela católica. Através da Igreja, o emigrado tinha logo uma comunidade na qual encontrava apoio e solidariedade. No final do século XIX, a Igreja Católica e a Igreja Evangélica já se encontravam bem mais organizadas no Sul do Brasil do que no início da imigração. Suas associações davam sobretudo amparo espiritual. A assistência já era dada nos abrigos de emigração em Hamburgo e

Bremen. Durante as viagens, havia muitas vezes um pastor ou padre acompanhando os passageiros, limitando-se geralmente a dar assistência apenas dentro do navio, raras vezes acompanhando os emigrantes pessoalmente até a área em que acabavam se estabelecendo.

Desde a sua criação, as associações religiosas reivindicaram junto às autoridades a melhoria das condições de transporte dos emigrantes, pois muitos navios, com o objetivo de obter maior lucro, transportavam mais passageiros do que permitiam as suas acomodações. Tal prática propiciava o surgimento de doenças durante a viagem, epidemias e mortes, sendo as crianças as mais afetadas. Uma das maiores preocupações dos imigrantes católicos e protestantes era, no entanto, o abandono espiritual, a perda da identidade cultural e da formação religiosa. Somente a partir de 1864, com a criação do Comitê para os Alemães Protestantes no Sul do Brasil, pelo dr. Friedrich Fabri⁴⁵, é que se iniciou um trabalho para que, além da crença religiosa, também se preservasse a língua e a cultura. A partir desse período foram enviados regularmente pastores.

Fabri editou, em 1879, a conhecida obra "Necessita a Alemanha de colônias?", devendo ele, segundo Brunn⁴⁷, ser considerado o fundador do movimento colonial alemão. Com essa obra, segundo Sudhaus, surgiu uma nova postura na questão da criação de colônias e povoados. O pensamento colonial encontrou em pouco tempo grande aceitação entre o povo alemão, ocasionando o surgimento de várias associações e sociedades⁴⁸. O comitê de Fabri não pretendia uma anexação política do Sul do Brasil por parte da Alemanha: a sua preocupação principal era no sentido de que os imigrantes mantivessem a língua alemã, porque esta era também a do Evangelho na tradução de Lutero. Dizia que, se os colonos a perdessem, automaticamente também não teriam mais a base de sua religião. Segundo Martin Dreher:

“(...) é um erro querer supor que o Comitê tinha objetivos puramente colonialistas, pois com isso estar-se-ia colocando a mola propulsora dessa associação de caráter privado em segundo plano: a assistência religiosa dos alemães emigrados para o Brasil e seus descendentes. Ele, o teólogo, em sua obra de 1879, estava preocupado com o bem-estar temporal de seu povo⁴⁹”.

O comitê de Fabri foi fusionado, em 1881, com a Sociedade Evangélica para Alemães na América do Norte, que havia sido fundada em 1837, passando a ter a denominação de Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América, ficando sob a direção de Friedrich Fabri até a sua morte, em 1891. Essa organização continuou a cuidar dos interesses dos evangélicos no Novo Mundo. Para a manutenção da língua e da religião, enviaram pastores e professores, promoveram também a construção de igrejas e escolas, a doação de sinos, bíblias e hinários. Foi criado, ainda, em vista da absoluta falta de assistência social por parte do Estado brasileiro, um fundo para viúvas e aposentados⁵⁰.

Enquanto Prien e Dreher consideram que Fabri teve sobretudo a preocupação com o bem estar espiritual dos emigrantes e a manutenção da língua e dos costumes alemães, outros historiadores — entre eles, Sudhaus, Bade, Brunn — entendem ter sido ele o incentivador do movimento colonial alemão. Segundo Bade, Fabri teria assumido que a Alemanha possuía um excedente populacional e um excedente de produção, propagando então a necessidade de conseguir colônias (note-se que, no ano de publicação de sua obra, o país não tinha possessões no exterior), para onde os emigrantes poderiam ser enviados, como meio de diminuir a pressão social no país de origem. Essa postura teria sido adotada por ele na década de setenta. Em 1880, no Primeiro Congresso para Geografia Comercial, Fabri distanciou-se, do seu projeto de

exportação em massa, propondo um aconselhamento da emigração, sem interesses comerciais⁵¹.

Em 1897, foi fundada a Federação Evangélica dos Colonos e Emigrantes Alemães, em Witzenhausen a.d. Werra, cuja presidência, durante anos, foi ocupada por Ernst Fabarius. Entre seus objetivos constava:

“A associação deseja especialmente estar ao lado dos emigrantes alemães com palavras e atos, defender o seu bem-estar econômico, religioso e espiritual, bem como manter o seu credo evangélico ligado à pátria⁵²”.

Como uma de suas principais tarefas, a Federação propunha:

“Os emigrantes evangélicos não devem se sentir como membros relegados de sua Igreja, como repudiados e crianças esquecidas de seu poderoso povo alemão: eles devem sentir-se e exibir-se no país estrangeiro como pioneiros da cultura alemã e portadores da cultura cristã alemã. Eles devem — sem ódio contra o povo que lhes presenteou uma nova pátria — lembrar, com orgulho e gratidão, que são alemães⁵³”.

A associação de Fabarius colocou-se a favor de um direcionamento da emigração, o que esperava poder conseguir com a criação de agências de orientação. A atenção da associação voltou-se de modo especial para o Brasil, por ser um país predominantemente católico, onde os evangélicos eram uma ínfima minoria, ainda que compusessem a metade dos emigrantes alemães. Com relativo sucesso, ela atuou no Sul do Brasil, onde ajudou os alemães em geral, principalmente os protestantes, a manterem durante gerações a língua, os usos e costumes do país de origem.

Devido às dificuldades que os imigrantes encontraram, Fabarius manifestou-se diversas vezes, através da imprensa

alemã, contra a emigração para o Brasil, o que desagradou às autoridades brasileiras, especialmente o Ministério das Relações Exteriores e o Centro de Informações para Emigrantes⁵⁴. Mais tarde, em uma reunião do Conselho do Centro de Informações para Emigrantes, Fabarius, segundo um relato de Stengel, explicou:

“(...) ele próprio (Fabarius- N. A.) tinha sido, no passado, um grande amigo do Brasil, mas percebera, no decorrer do tempo, que os alemães não haviam encontrado o devido respeito e consideração por parte dos círculos dos políticos brasileiros, a que eles teriam direito pela relevância e posição histórica do elemento germânico. A administração pública brasileira parecia mais inclinada a voltar-se diretamente no sentido de oprimir a germanidade existente no país⁵⁵”.

A Federação orientava os emigrantes para determinadas áreas, recomendando aquelas que julgava mais convenientes. Eram regiões em que já viviam muitos imigrantes alemães e onde havia, principalmente para os evangélicos, a possibilidade de manterem a sua língua, as suas tradições e os seus costumes. Essa posição foi apoiada através da publicação de artigos em jornais e revistas religiosas.

Nos moldes das associações evangélicas, foi criada, em 1871, a católica Associação São Rafael, por Peter Paul Cahensly⁵⁶. A preocupação inicial do fundador era a de dar alguma assistência aos emigrantes alemães, pois Cahensly havia presenciado a triste situação dos emigrantes em Le Havre, abandonados à sua própria sorte, sem apoio do governo, entregues ao arbítrio dos agentes de emigração, que costumavam prometer excelentes perspectivas. Em 1896, Cahensly, defendendo-se de acusações, esclarecia que a sua Associação não transportava emigrantes e não estimulava a emigração. Pelo contrário, milhares haviam permanecido no país por causa dos seus conselhos⁵⁷. As atividades dessa associação estenderam-se princi-

palmente para os Estados Unidos, onde os católicos eram uma minoria, ajudando de modo especial na construção de igrejas e no envio de religiosos.

* * *

A concepção de que os emigrantes eram apenas instrumentos de manipulação da burguesia alemã, pronta a usá-los, veiculando a ideologia do "Deutschtum" para aumentar a sua taxa de lucro mediante a colocação de produtos no mercado sul-brasileiro, precisa ser mais analisada; assim como precisa ser revista a concepção de que os agentes recrutadores de emigrantes na Europa se constituíam apenas em "espertalhões", interessados em uma nova forma de comércio com gente, uma espécie de escravidão moderna. Estes conseguiram não só ajudar decisivamente na superação do sistema escravocrata no Brasil, mesmo inconscientemente, como obrigaram também à modernização social da Alemanha e da Europa. Cada emigrante recrutado, seja como colono, seja como empregado de fazenda, era praticamente uma denúncia das más condições de vida existentes na Alemanha. Para o país que recebeu estes imigrantes, houve uma atuação duplamente decisiva no sentido da superação do sistema escravocrata e da introdução e desenvolvimento do capitalismo.

Pode-se concluir que, diante do fato de haver uma emigração continuada e em massa, as organizações alemãs serviram basicamente para orientar os emigrantes aos lugares que lhes pareciam mais apropriados, na intenção de que eles conseguissem garantir sua preservação física e espiritual e sua felicidade. Principalmente a Associação Filantrópica dos Emigrantes Alemães dedicou-se aos problemas sociais dos emigrantes potenciais. Quanto à objetividade da análise das condições a serem encontrados nos países procurados pelos emigrantes, merecem destaque as associações religiosas, que não eram tão

dominadas por interesses comerciais. De qualquer maneira, resta o problema da diferença entre o que os estatutos e os discursos oficiais de todas essas sociedades declaravam e aquilo que por elas de fato foi feito.

Abreviaturas

AA - Auswärtiges Amt: Ministério das Relações Exteriores

BArchP - Bundesarchiv Abteilungen Potsdam: Arquivo Federal, setores de Potsdam

GStA - Geheimes Staatsarchiv Merseburg: Arquivo Estatal Secreto de Merseburg

MLHA - Meklenburgisches Landes Hauptarchiv Schwerin: Arquivo Central da Região de Meklenburg, em Schwerin.

Notas

1. Em função de não existir grande diferença entre os objetivos das associações e sociedades que serão analisados neste capítulo, optamos por utilizar como nome comum "organizações".
2. BArchP, AA, Nr. 29679. p. 86 verso, RS.23.03.1908.
3. Fritz Sudhaus, "Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert", Inaugural-Dissertation (Hamburg, 1940). O autor analisa a atuação e as obras dos viajantes no Brasil, discorre ainda sobre viagens de cientistas alemães no Brasil.
4. Jurgen Hell, "Die Politik des Deutschen Reiches zur Umwandlung Südbrasilien in ein überseeisches Neudeutschland", Inaugural Diss. (Rostock, 1966). Veja ainda: Richard Krauel, "Deutsche Interessen in Brasilien". Palestra proferida na reunião da Deutscher Kolonialgesellschaft, em 09.01.1900. Hamburg. 1900
5. Krauel, *op. cit.* p. 15.
6. BArchP, AA, Nr. 29660, p. 182 verso. Publicado por C. Fabri. 04.11.1891
7. *Ibidem*, *op. cit.* p. 194.

8. Gerhard Brunn, "Deutschland und Brasilien (1890-1914)", *Lateinamerikanische Forschungen*, 4 (1971): p. 17. Veja ainda: Klaus Richter, *A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau* (Florianópolis, 1986), p. 15. E Martin Norberto Dreher, *Kirche und Deutschtum in der Entwicklung der Evangelischen Kirche Luthrerische Bekenntnisse in Brasilien* (Göttingen, 1978), p. 84.
9. Carl G. Cornelius "Die deutschen im brasilianischen Wirtschaftsleben", *Schriften des Deutschen Auslands-Instituts* (Stuttgart, 1929), p. 65.
10. BArchP AA, Nr. 30306, p. 19
11. BArchP, Reichskanzlei, Nr. 676, Bl. 78. Discurso do conde Posadowsky.
12. MLHA Schwerin, MDI Nr. 10829/18. E Staatsarchiv Hamburg, 111-1 Senat, C I I, Lit. I, Nr. 16, Vol. 33, Fasc. 12.
13. Richter, *op. cit.*
14. Hell, *op. cit.*
15. Staatsarchiv Hamburg. Sen. Kom. f. d. Reichs und Auswärtigen Angel. Alt. Reg. C III, C 48, Bd. I.
16. Herbert Gottwald, "Centralverein für Handelsgeographie und Förderung deutscher Interessen im Auslande", Dieter Fricke (org.) *Lexikon zu Parteigeschichte. Die bürgerliche und kleinbürgerlichen Parteien und Verbände in Deutschland. 1789-1945*, vol. 1 (Leipzig, 1983), p. 427.
17. BArchP, Reichskanzlei, Nr. 675. p. 266.
18. BArchP, AA, Nr. 30276, p. 37.
19. Edgar Hartwig, "Deutsche Kolonialgesellschaft", Dieter Fricke (org.) *Lexikon zur Parteigeschichte. Die bürgerliche und kleinbürgerliche Parteien und Verbände in Deutschland. 1789-1945*, vol. 1 (Leipzig, 1983), p. 726.
20. Herbert Gottwald, "Deutscher Kolonialkongreß", Dieter Fricke (org.) *Lexikon zur Parteigeschichte. Die bürgerliche und kleinbürgerliche Parteien und Verbände in Deutschland. 1789-1945*, vol. 2 (Leipzig, 1984). p 157.
21. BArchP, AA, Nr. 29676, p. 92 verso.
22. Sudhaus, *op. cit.*
23. BArchP. 61 Ko 1, Deutsche Kolonial-Gesellschaft, Nr. 656, p. 22.
24. *Ibidem*, AA, Nr. 29982. pp 71/72.
25. *Ibidem*, AA. Nr. 30314. In: *Jornal Germania* (São Paulo). Ele analisa as tendências do Congresso de 1905 e as mudanças de posição dos participantes em relação ao de 1902. Mostra ainda que a nova postura

- adotada em relação ao Brasil deve-se em parte ao governo brasileiro, que não cumpria as promessas feitas na propaganda para a imigração.
26. BArchP, Reichs-Kolonialamt, Nr. 7006.
 27. BArchP, AA, Nr. 29958. O Prof. dr. Kettler, Presidente da sociedade, também ocupou o mesmo cargo na "Vereinigung für Auswanderungsfragen", criada em 1896. *Ibidem*. Nr. 29668, 29673.
 28. GSTA Merzeburg, Rep. 120, CXIII 20, Nr. 10, Vol. 16. p. 9.
 29. BArchP, AA, Nr. 29958, p. 87.
 30. Edgar Hartwig, "Alldeutscher Verband", Dieter Fricke (org.) *Lexikon zur Parteigeschichte. Die bürgerliche und kleinbürgerliche Parteien und Verbände in Deutschland. 1789-1945*, vol. 1 (Leipzig, 1983). Ainda: Josefine Husmann, "Der Alldeutsche Verband und die Flottenfrage" (Albert Ludwigs Universität zu Freiburg, Inaugural-Dissertation, 1945). E Lothar Werner "Der Alldeutsche Verband. 1890-1918", *Historische Studien* (Berlin, 1935).
 31. BArchP, Alldeutscher Verband 61 Ve 1. p 14.
 32. Hartwig, Alldeutscher Verband, *op. cit.* Veja ainda: Werner, *op. cit.*
 33. BArchP, Alldeutscher Verband, *ibidem*, p. 44.
 34. Werner, *op. cit.*
 35. Staatsarchiv Hamburg. Auswanderungsamt I 373-7I, II AV 3, Vol. 1. Publicado no Hamburger Nachrichten. De 14.08.1906
 36. Werner, *op. cit.* p. 117.
 37. BArchP, AA, Nr. 30285 Bl. 39. Artigo do Kölnische Zeitung. 17.07.1908.
 38. Staatsarchiv Hamburg, 373-7-I, Auswanderungsamt I, C II, 3. Artigo do Hamburger Nachrichten. 01.08.1906.
 39. *Ibidem*. 01.10.1906. E: Brunn, *op. cit.*, p. 171. O nome da cidade é hoje escrito como "Lajeado".
 40. Staatsarchiv Hamburg, *op. cit.* 30.10.1906.
 41. BArchP, AA. Nr. 29668.
 42. *Ibidem*, p. 45.
 43. *Ibidem*, p. 43 verso.
 44. Staatsarchiv Hamburg, Auswanderungsamt I 373-7 I, IV C I 1, Bd. 2.
 45. BArchP, RMDI, Nr. 1739. p. 62. De 06.08.1908.
 46. Prien, *op. cit.*
 47. Brunn, *op. cit.* p. 116.
 48. Sudhaus, *op. cit.*

49. Dreher, *op. cit.* p. 83.
50. *Ibidem.*
51. Klaus J. Bade, "Friedrich Fabri und der Imperialismus in der Bismarckzeit: Revolution, Depression, Expansion", *Beiträge zur Übersee und Kolonialgeschichte*, tomo 13 (Freiburg i. Br., 1975). O autor analisa toda a trajetória de Fabri, como as suas atividades religiosas, palestras e obras. Aborda ainda as atividades de Fabri com seus colaboradores em favor do movimento colonial, destacando-se, entre eles, Ernst von Weber e Wilhelm Hübbe Schleiden. Para o autor, os três são considerados os mais importantes divulgadores do expansionismo do final dos anos 70. Weber teria sido a favor de uma emigração forçada para a África, enquanto Schleiden e Fabri se voltaram para a emigração à América do Sul. Adversários de suas idéias foram F.C. Philipson e Friedrich Kapp.
52. BArchP, AA, Nr. 29702, p. 23.
53. *Ibidem.*
54. BArchP AA Nr. 30297, p. 102. 24.05.1911
55. BArchP AA, Nr. 30297, p. 102. 24.05.1911.
56. Heinrich Schenk und Victor Mohr, *Das erbe Cahenslys* (Hildesheim, 1989).
57. *Ibidem.* p 18.